



Yelum Seguros S.A.

CNPJ nº 61.550.141/0001-72

Relatório da administração: Atendendo às disposições legais e regulamentares vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras da Yelum Seguros S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Yelum Seguros integra o Grupo HDI, composto pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguros, marca Aliro, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Global Seguros S.A., além da Fácil Assist, empresa de assistência 24h, e da Agrega, destinada à prestação de serviços aos corretores. O Grupo HDI é pertencente ao grupo alemão Talanx, um dos maiores conglomerados seguradores da Europa. O acionista direto da Companhia é a HDI Seguros S.A. **Atuação e estrutura do grupo:** O Grupo HDI atua no Brasil há mais de 40 anos, com forte presença nos ramos de seguros de automóveis, residenciais e empresariais, buscando constantemente atender às necessidades dos clientes e diversificar sua carteira. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador da Alemanha, presente em mais de 175 países e com aproximadamente 24 mil colaboradores. **Reorganização societária:** Em 2025, a Companhia consolidou sua integração ao Grupo HDI, após a reorganização societária iniciada em 2023 e concluída em 2024, que envolveu a incorporação da YLM International Brasil Ltda., pela HDI Seguros S.A., conforme aprovação da SUSEP. Essa reorganização reforçou a estrutura de governança e alinhamento estratégico do Grupo no Brasil. **Resultados e evolução patrimonial:** No exercício de 2025, a Yelum Seguros registrou: • Prêmios

emitidos: R\$ 7,5 bilhões (R\$ 7 bilhões em 2024); • Lucro líquido: R\$ 484 milhões (R\$ 519 milhões em 2024); • Ativos totais: R\$ 9,5 bilhões (R\$ 9 bilhões em 2024); • Reservas técnicas: R\$ 5,9 bilhões (R\$ 5,5 bilhões em 2024). Esses resultados refletem estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e investimentos em tecnologia, garantindo competitividade e solidez financeira. **Perspectivas:** A Companhia manterá foco na excelência do atendimento a clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo sua cultura corporativa e assegurando desempenho consistente das marcas do Grupo. **Política de distribuição de lucros:** É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, conforme a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem distribuído valores superiores ao mínimo legal, por meio de juros sobre capital próprio, destinando o saldo remanescente às reservas de lucros para reforço de capital. **Governança corporativa:** Em conformidade com as diretrizes do Grupo Talanx e normas do CNSP e SUSEP, a Companhia mantém estrutura robusta de governança, controles internos e gestão de riscos. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por profissionais de reconhecida experiência nacional e internacional, assegurando transparência e integridade das informações financeiras.

Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI			
Indicador	2025	2024	
Mulheres - Líderes	36%	35%	
Mulheres - Não Líderes	56%	54%	
Executivos - Mulheres	16%	17%	
Conselho - Mulheres	17%	14%	
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	78%	77%	
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%	

Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, corretores, parceiros de negócio, autoridades reguladoras e colaboradores pelo compromisso e confiança que sustentam o crescimento e a solidez da Yelum Seguros S.A.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Circulante		5.666.174	6.153.397	Circulante		6.828.793	6.332.913	Demonstração do resultado abrangente	31/12/2025	31/12/2024	
Disponível		64.355	90.310	Contas a pagar	13	474.887	434.419	Lucro líquido do exercício	484.233	519.461	
Caixa e bancos		64.355	90.310	Obrigações a pagar		119.883	82.515	Outras receitas abrangentes			
Aplicações	5	639.638	1.453.499	Impostos e encargos sociais a recolher		221.702	203.090	Ajustes com títulos e valores mobiliários	70.071	(126.094)	
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	2.922.305	2.688.277	Encargos trabalhistas		25.797	26.098	Efeito tributário sobre ajustes com títulos e valores mobiliários	(28.028)	50.440	
Prêmios a receber	6b	2.760.479	2.598.464	Impostos e contribuições		22.201	46.875	Outros resultados abrangentes do exercício	42.043	(75.654)	
Operações com seguradoras		13.837	24.793	Outras contas a pagar		85.304	75.841	Total dos resultados abrangentes do exercício	526.276	443.807	
Operações com resseguradoras		147.989	65.020	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	1.106.865	918.876	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Outros créditos operacionais		355.084	330.098	Prêmios a restituir		-	10.665	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	501.444	496.695	Operações com seguradoras		27.985	28.473	Demonstração do resultado do exercício	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber	8	321.744	275.903	Operações com resseguradoras		525.605	384.971	Prêmios emitidos	19.1	7.458.168	6.972.615
Títulos e créditos a receber	8.1a	317.931	257.660	Corretores de seguros e resseguros		482.597	462.497	(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(246.179)	(174.092)
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	3.406	16.498	Outros débitos operacionais		70.678	32.270	(=) Prêmios ganhos		7.211.989	6.798.523
Outros créditos	8.1b	407	1.745	Depósitos de terceiros	15	57.532	58.908	(-) Sinistros ocorridos	19.3	(4.062.520)	(3.745.654)
Outros valores e bens	9a	156.006	142.405	Provisões técnicas - seguros	16	5.184.062	4.915.450	(-) Custos de aquisição	19.4	(1.676.431)	(1.515.516)
Bens à venda		156.006	142.405	Danos		4.852.492	4.602.701	(-) Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(131.765)	(83.400)
Despesas antecipadas		269	3.166	Pessoas		200.925	194.431	(+/-) Resultado com resseguro	19.6	(221.378)	(112.940)
Custos de aquisição diferidos	10	705.329	673.044	Vida individual		130.645	118.318	(+) Receita com resseguro		182.991	222.026
Seguros		705.329	673.044	Outros débitos	9c	5.447	5.260	(-) Despesa com resseguro		(407.184)	(369.946)
Ativo não Circulante		3.786.979	2.799.044	Débitos diversos		5.447	5.260	(+) Outros resultados com resseguro		2.815	34.980
Realizável a longo prazo		3.675.104	2.687.420	Passivo não circulante		757.545	619.486	(-) Despesas administrativas	19.7.1	(636.487)	(687.783)
Aplicações	5	2.832.795	1.973.224	Contas a pagar	13	9.046	9.039	(-) Despesas com tributos	19.7.2	(185.954)	(166.803)
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	259.758	135.912	Tributos diferidos		28	29	(+) Resultado financeiro	19.8	420.164	407.276
Prêmios a receber	6b	259.498	135.650	Outras contas a pagar		9.018	9.010	(=) Resultado operacional		717.618	893.703
Operações com seguradoras		260	262	Débitos das operações com seguros e resseguros	14	3.994	6.041	(-) Perdas com ativos não correntes		(751)	(1.627)
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	274.086	244.415	Operações com seguradoras		-	935	(=) Resultado antes dos impostos e participações		716.867	892.076
Títulos e créditos a receber		194.466	229.159	Corretores de seguros e resseguros		3.994	5.106	(-) Imposto de renda	19.9	(116.308)	(195.323)
Títulos e créditos a receber	8.1a	67.928	75.140	Provisões técnicas - seguros	16	705.369	561.262	(-) Contribuição social	19.9	(75.553)	(125.372)
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	114.220	142.207	Danos		550.678	420.106	(-) Participações sobre o lucro	21.d	(40.773)	(51.920)
Depósitos judiciais e fiscais	8.1c	12.318	11.812	Pessoas		144.930	130.872	(=) Lucro líquido do exercício		484.233	519.461
Outros valores e bens	9c	6.724	12.194	Vida individual		9.761	10.284	(/) Quantidade de ações	18f	34.418	34.418
Outros valores		6.724	12.194	Outros débitos		39.136	43.144	(=) Lucro líquido por ação básico (em reais)	18f	14.069	15.093
Custos de aquisição diferidos	10	107.275	92.516	Provisões judiciais	17	37.033	35.594	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Seguros		107.275	92.516	Débitos diversos	9c	2.103	7.550	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
Imobilizado	11	29.552	13.943	Patrimônio líquido	18	1.866.815	2.000.042	Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	31/12/2025	31/12/2024	
Imóveis de uso próprio		1.121	1.215	Capital social		819.704	819.704	Atividades operacionais:			
Bens móveis		28.346	12.728	Reservas de reavaliação		(123)	(81)	Lucro líquido do exercício	484.233	519.461	
Outras imobilizações		85	-	Reservas de lucros		1.077.614	1.252.842	Ajustes para:			
Intangível	12	82.323	97.681	Ajuste de avaliação patrimonial		(30.380)	(72.423)	Depreciações e amortizações	34.418	35.851	
Outros intangíveis		82.323	97.681	Total do Passivo		9.453.153	8.952.441	Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	20.028	(8.588)	
Total do Ativo		9.453.153	8.952.441	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

representados pela rubrica “caixa e bancos”. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, AA+ -> AA -> AA-) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3: Default** ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi) Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitálicas em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado. Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma segregada, evidenciando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência desses contratos não exime a Companhia de suas responsabilidades perante os segurados. Ativos de resseguro: compreendem os prêmios de resseguro diferidos e os valores a recuperar relativos às indenizações pendentes de liquidação ou já pagas aos segurados. Passivos de resseguro: incluem os prêmios de resseguro a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos de cessão de riscos, bem como os adiantamentos de sinistros. **3.4 Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.6 Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito

e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologia atuarial, considerando histórico de ocorrência e aviso, utilizando triângulos de *run-off*. Para sinistros da carteira de massificados, aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros apenas sobre a estimativa judicial, enquanto para grandes riscos o referido desconto aplica-se as parcelas administrativa e judicial, utilizando taxas pré-fixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Ajuste de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e Bornhuetter-Ferguson. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. A atualização considera incrementos mensais distintos para carteiras *short tail* e *long tail*. **Provisão de despesas relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE) e sucumbência. **• ALAE e sucumbência:** Estimadas com base em histórico, triângulos de *run-off* e metodologias como Bornhuetter-Ferguson. A atualização é feita por incremento mensal. **Estimativa de salvados e ressarcimentos:** representa a expectativa de recuperação futura de salvados e ressarcimentos de sinistros não liquidados. O cálculo utiliza metodologias atuariais usuais. **Política de atualização e revisão das metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.8 Testes de adequação dos passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida insuficiência somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 53,04%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo:

Fluxo de sinistros a ocorrer registrados:

Sinistros a Ocorrer			
Provisões Contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência	
Automóvel	2.427.254	1.712.032	(715.222)
Patrimonial	550.739	155.982	(394.757)
Responsabilidades	190.841	31.999	(158.842)
Transportes	9.896	5.827	(4.069)
Rural	6.177	3.960	(2.217)
Pessoal Individual	155.140	88.398	(66.742)
Pessoal Coletivo	22.097	10.344	(11.753)
Total	3.362.144	2.008.542	(1.353.602)

Fluxo de sinistros a ocorrer não registrados:

Fluxo de Caixa Consolidado Estimado	
Transportes	1.383
Patrimonial	5.231
Pessoal Coletivo	7.789
Total	14.403

Política de atualização e revisão das metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.9 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Imposto corrente: corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Imposto diferido: reconhecimento sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. **3.12 Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.13 Classificação dos contratos de seguros:** São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os custos de aquisição são reconhecidos na emissão das apólices ou no início da vigência do risco, quando aplicável, e apropriados linearmente ao longo do período de cobertura, por meio da constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos e dos Custos de Aquisição Diferidos. Os juros cobrados sobre parcelamento de prêmios são diferidos e apropriados ao resultado no mesmo prazo do parcelamento. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos. **3.15 Arrendamentos:** Conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), um contrato é ou contém arrendamento quando transfere ao arrendatário o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, mediante contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece: Ativo de direito de uso, mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustado por remensurações do passivo. Passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita no contrato ou, quando não determinável, pela taxa incremental de empréstimo, definida como a taxa que a Companhia pagaria para obter financiamento para aquisição de ativo similar em condições equivalentes. A Companhia optou pela utilização da taxa incremental para mensuração dos passivos de arrendamento.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta a diferentes tipos de riscos, classificados principalmente em: • Risco de seguro (subscrição); • Risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; • Risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia corporativa e pela capacidade de absorção de riscos, considerando o nível de solvência. Para cada risco, conforme sua natureza e materialidade, são adotados processos específicos de gestão e monitoramento integrado. Esta nota apresenta informações gerais sobre essas exposições e os critérios utilizados para gestão e mitigação. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros é dinâmico e complexo, exigindo práticas robustas de gestão de riscos. A Companhia adota um modelo integrado, envolvendo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e áreas operacionais, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços e processos. A estrutura segue o modelo de três linhas de defesa: • Primeira linha: áreas de negócio, responsáveis pela identificação, avaliação e mitigação dos riscos. • Segunda linha: áreas de gestão de riscos, controles internos e compliance, que monitoram a exposição e conformidade. • Terceira linha: auditoria interna, que avalia de forma independente a efetividade dos controles. Conforme o Estatuto Social, a Companhia utiliza o Comitê de Auditoria, que atua também como Comitê de Riscos, e Comitê de Remuneração da controladora HDI Seguros S.A., que fornece suporte independente à Administração na avaliação do ambiente de controles internos, transparência das demonstrações financeiras e cumprimento das normas. O resumo do relatório do Comitê é divulgado junto às demonstrações financeiras da HDI Seguros S.A. Além disso, o Conselho reúne-se periodicamente com a Diretoria para acompanhar a execução da estratégia e deliberar sobre ajustes, incluindo temas de gestão de riscos. Adicionalmente, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Risco de seguro/subscrição:** O risco de seguro decorre da incerteza quanto à ocorrência e severidade de sinistros. O risco de subscrição surge quando os resultados diferem das expectativas da política de subscrição ou das estimativas de provisões técnicas. Principais fatores incluem: • Flutuações na frequência e severidade dos sinistros; • Precificação inadequada; • Políticas de resseguro insuficientes; • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** Baseada na análise de perfis, histórico de carteiras e variáveis de risco, visando diversificação e equilíbrio da carteira. A Companhia utiliza tecnologia e modelos estatísticos para seleção e precificação dos riscos. **Monitoramento:** A carteira é acompanhada continuamente, com auditoria atuarial independente anual e teste de adequação de passivos, conforme Resolução CNSP nº 432/21. **Resseguro:** Política revisada semestralmente, com contratos proporcionais e não proporcionais, incluindo riscos facultativos, respeitando limites de retenção definidos pela SUSEP. **Prêmios de seguros por região e grupo de ramos:** A tabela a seguir compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera:

Bruto de resseguro em 31/12/2025												31/12/2024		
Região geográfica	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%	Total	%
Centro-Oeste	469.497	8%	29.080	4%	40.810	10%	11.465	5%	6.505	2%	557.357	7%	574.855	8%
Nordeste	987.754	17%	18.699	2%	33.372	8%	12.925	5%	9.680	4%	1.062.430	14%	974.637	14%
Norte	209.931	4%	6.563	1%	10.519	3%	3.818	2%	1.230	0%	232.061	3%	246.864	4%
Sudeste	2.114.112	37%	544.398	69%	169.727	40%	85.874	36%	192.361	74%	3.106.472	42%	2.827.468	40%
Sul	1.967.425	34%	192.440	24%	164.470	39%	123.945	52%	51.568	20%	2.499.848	34%	2.348.791	34%
Total	5.748.719	100%	791.180	100%	418.898	100%	238.027	100%	261.344	100%	7.458.168	100%	6.972.615	100%
Líquido de resseguro em 31/12/2025												31/12/2024		
Região geográfica	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%	Total	%
Centro-Oeste	469.497	8%	25.202	5%	37.120	10%	11.465	5%	5.357	3%	548.641	8%	567.408	9%
Nordeste	987.754	17%	16.306	3%	30.047	8%	12.925	6%	7.422	4%	1.054.454	15%	966.790	15%
Norte	209.931	4%	5.701	1%	9.263	2%	3.818	2%	1.320	1%	230.033	3%	244.231	4%
Sudeste	2.094.681	37%	317.133	60%	152.360	41%	79.175	34%	113.775	67%	2.757.124	39%	2.574.808	38%
Sul	1.967.462	34%	167.244	31%	146.695	39%	121.440	53%	42.621	25%	2.445.462	35%	2.295.003	34%
Total	5.729.325	100%	531.586	100%	375.485	100%	228.823	100%	170.495	100%	7.035.714	100%	6.648.240	100%

Sensibilidade do risco de seguro: A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica, apresentadas na nota 19.3. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade na data-base do balanço:

31/12/2025					31/12/2024				
Ramos atuação	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	Ramos atuação	Prêmio ganho bruto de resseguro	Prêmio ganho líquido de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro
Automóvel	5.655.061	5.635.694	56.551	56.357	Automóvel	5.435.932	5.420.545	54.359	54.205
Patrimonial	673.428	454.520	6.734	4.545	Patrimonial	586.530	376.234	5.865	3.762
Vida	386.840	344.620	3.868	3.446	Vida	399.756	362.756	3.998	3.628
Transportes	236.009	227.655	2.360	2.277	Transportes	191.120	183.772	1.911	1.838
Demais ramos	260.651	153.690	2.607	1.537	Demais ramos	185.185	99.671	1.852	997
	7.211.989	6.816.179	72.120	68.162		6.798.523	6.442.978	67.985	64.430



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fluxos de caixa contratuais não descontados:

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil 31/12/2025	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil 31/12/2024
Composição da carteira						
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro						
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	265.017	–	265.017	304.576	–	304.576
Certificado de depósito bancário (CDB)	227	–	227	2.119	–	2.119
Quotas de fundos de investimento	264.790	–	264.790	302.457	–	302.457
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	374.622	2.832.794	3.207.416	1.148.923	1.973.224	3.122.147
Títulos de renda fixa privados	172.017	67.699	239.716	20.284	120.176	140.460
Títulos de renda fixa públicos	202.605	2.765.095	2.967.700	1.128.639	1.853.048	2.981.687
- Recebíveis, pré-fixados						
Prêmios a receber de segurados	2.760.479	259.498	3.019.977	2.598.464	135.650	2.734.114
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras						
Outros créditos operacionais (a)	161.826	260	162.086	89.813	262	90.075
- Ativos de resseguro	355.084	–	355.084	330.098	–	330.098
- Títulos e créditos a receber	501.444	274.086	775.530	496.695	244.415	741.110
- Outros créditos	317.931	67.928	385.859	257.660	75.140	332.800
- Outros valores e bens	407	–	407	1.745	–	1.745
- Depósitos judiciais e fiscais	156.006	6.724	162.730	142.405	12.194	154.599
- Disponível e equivalentes de caixa	–	12.318	12.318	–	11.812	11.812
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	4.957.171	3.453.608	8.410.779	5.460.689	2.452.697	7.913.386
Passivos						
Contas a pagar	474.887	9.046	483.933	434.419	9.039	443.458
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.106.865	3.994	1.110.859	918.876	6.041	924.917
Provisões técnicas - seguros	5.184.062	705.369	5.889.431	4.915.450	561.262	5.476.712
Outros débitos	5.447	39.136	44.583	5.260	43.144	48.404
Total de passivos	6.771.261	757.545	7.528.806	6.274.005	619.486	6.893.491

(a) O saldo refere-se basicamente a antecipações de comissões no montante de R\$ 288.453 em 31/12/2025 e (R\$ 275.917 em 31/12/2024).

Ativos financeiros por Rating:

	AAA	AA	A	A++	A+	AA-	A1	A3	BBB+	BBB	Sem rating	Saldo contábil 31/12/2025	Saldo contábil 31/12/2024
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	–	–	132.419	–	–	–	–	–	–	40.289	92.309	265.017	304.576
Certificado de depósito bancário (CDB)	–	–	227	–	–	–	–	–	–	–	–	227	2.119
Quotas de fundos de investimento	–	–	132.192	–	–	–	–	–	–	40.289	92.309	264.790	302.457
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	3.106.772	50.841	49.803	–	–	–	–	–	–	–	–	3.207.416	3.122.147
Certificados de depósito bancário (CDB)	–	–	27.076	–	–	–	–	–	–	–	–	70.105	64.843
Debêntures	–	–	17.531	–	–	–	–	–	–	–	–	17.531	49.152
Letras financeiras (LF)	–	–	107.677	–	–	–	–	–	–	–	–	152.081	26.465
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	–	13.211	–	–	–	–	–	–	–	–	1.837.593	783.565
Letras do tesouro nacional (LTN)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	105.324	1.169.769
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	377.290	392.858
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	174.233	188.052
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	473.259	447.443
- Recebíveis	–	–	284.372	4.711	415	64.455	739	36	40	–	4.583.578	4.938.346	4.486.663
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.019.977	3.019.977	2.734.114
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	162.086	162.086	90.075
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	355.084	355.084	330.098
- Ativos de resseguro	–	–	284.372	4.711	415	64.455	739	36	40	–	420.762	775.530	741.110
- Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	385.859	385.859	332.800
- Outros créditos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	407	407	1.745
- Outros valores e bens	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	162.730	162.730	154.599
- Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12.318	12.318	11.812
- Disponível e equivalentes de caixa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	64.355	64.355	90.310
Total do circulante e não circulante	3.106.772	50.841	466.594	4.711	415	64.455	739	36	40	40.289	4.675.887	8.410.779	7.913.386

4.5 Gestão de capital: Objetiva manter níveis adequados para atender aos requerimentos regulatórios (Resolução CNSP nº 432/21) e otimizar retorno aos acionistas. O capital mínimo requerido é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	1.866.815	2.000.042		(94.140)	(97.212)
Deduções:				46.578	43.844
Despesas antecipadas	(269)	(3.166)		51.189	62.885
Ativos intangíveis	(82.323)	(97.681)		15.000	15.000
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	561.081	486.956		1.286.317	1.201.851
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	2.345.304	2.386.151		1.058.987	1.184.300
Nível 1	1.720.950	1.808.971		82,33%	98,54%
Nível 2	561.081	486.956			
Nível 3	63.272	90.224			
Capital de risco (a) CMR	1.286.317	1.201.851			
Capital de risco - Subscrição	1.158.579	1.079.168			
Capital de risco - Crédito	124.111	113.166			

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a. Ativos de resseguros - provisões técnicas:

Ativos de resseguro													
Ramo	PPNG		PPNG-RVNE		PSL / PDR		IBNR		IBNER		Total		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Automóvel	48	22	—	—	555	1.229	864	—	2.417	—	3.884	1.251	
Patrimonial	282.144	247.215	39.508	33.751	45.082	68.578	33.359	30.272	30.703	15.569	430.796	395.385	
Vida	30.894	29.866	876	712	18.078	19.900	9.580	10.831	8.492	3.016	67.920	64.325	
Transportes	3.245	2.394	—	—	4.732	2.669	795	1.378	3.018	2.341	11.790	8.782	
Demais ramos	159.400	170.489	1.178	6.203	19.862	18.362	38.345	35.882	42.355	40.431	261.140	271.367	
Total	475.731	449.986	41.562	40.666	88.309	110.738	82.943	78.363	86.985	61.357	775.530	741.110	
											Circulante	501.444	496.695
											Não circulante	274.086	244.415
											Total	775.530	741.110

b. Demonstração do percentual ressegurado:

Ramo	Prêmio emitidos líquidos de cosseguro		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	5.748.719	5.539.040	19.393	15.409	0%	0%
Patrimonial	791.180	617.563	90.850	169.661	11%	27%
Vida	418.898	419.788	259.594	46.663	62%	11%
Transportes	238.027	196.590	9.204	4.231	4%	2%
Demais ramos	261.344	199.634	43.413	88.411	17%	44%
Total	7.458.168	6.972.615	422.454	324.375	6%	5%

a) A tabela a seguir demonstra a abertura por resseguradora:

Ressegurador	Classe	Categoria de Risco (*)		Prêmio emitido		% cedido	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
EVEREST REINSURANCE COMPANY	Admitida	A1	1.127	88	0%	0%	
HANNOVER RUCK VERSICHERUNG AG	Admitida	AA-	3.822	1.994	1%	1%	
SCOR SE	Admitida	A+	1.107	—	0%	0%	
BERKLEY INSURANCE COMPANY	Admitida	A++	568	—	0%	0%	
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	Admitida	A++	60	—	0%	0%	
LLOYD'S	Eventual	AA-	12.784	6.167	3%	2%	
ALLIANZ GLOBAL CORPORATE & SPECIALTY SE	Eventual	A	112.014	28.265	27%	9%	
LIBERTY MUTUAL INSURANCE COMPANY	Eventual	A	52.409	99.423	13%	29%	
ODYSSEY REINSURANCE COMPANY	Eventual	A+	(116)	1.513	0%	0%	
LIBERTY MUTUAL INSURANCE EUROPE LIMITED	Eventual	A	1.689	358	0%	0%	
REASEGURADORA PATRIA S.A.	Eventual	BBB+	139	121	0%	0%	
SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS	Eventual	A+	34	—	0%	0%	
AMERICA INSURANCE COR	Eventual	A+	—	73	0%	0%	
TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	Eventual	A++	7.349	6.201	2%	2%	
AMERICAN HOME ASSURANCE COMPANY	Eventual	AA-	292	—	0%	0%	
ENDURANCE WORLDWIDE INSURANCE LIMITED	Eventual	A+	26	—	0%	0%	
ASSICURAZIONI GENERALI S.P.A.	Eventual	A3	117	—	0%	0%	
TALANX AG	Eventual	AA-	31.845	—	8%	0%	
AXA XL INSURANCE COMPANY UK LIMITED	Eventual	AA-	117	—	0%	0%	
MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	Local	Sem Rating	89.679	40.819	21%	13%	
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Sem Rating	61.148	69.319	14%	21%	
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	Local	Sem Rating	23.441	27.583	6%	9%	
AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	Local	Sem Rating	8.143	8.125	2%	3%	
MAPFRE RE DO BRASIL CIA DE RESSEGURO	Local	Sem Rating	13.990	34.326	3%	11%	
AXA CORPORATE SOLUTIONS BRASIL E	Local	Sem Rating	30	—	0%	0%	
SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A	Local	Sem Rating	640	—	0%	0%	
Total			422.454	324.375	100%	100%	
	Admitida		6.684	2.082			
	Eventual		218.699	142.121			
	Local		197.071	180.172			
			422.454	324.375			

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

8.1 Títulos e créditos a receber:

Títulos e créditos a receber (8.1a)	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos (8.1b)	385.859	332.800
Outros valores e bens (9b e 9c)	407	1.745
Depósitos judiciais (8.1c e 17)	162.730	154.599
Total	12.318	11.812
Circulante	561.314	500.956
Não circulante	474.344	401.810
Total	86.970	99.146
	561.314	500.956

a. Título e créditos a receber:

Ressarcimento Fiança	31/12/2025	31/12/2024
SFH (CEF) (*)	278	327
Operações com cartão de crédito	67.650	74.813
Ressarcimento DPVAT	287.425	251.840
Convênio Indiana (20.a)	234	526
Intercompany (20.a)	235	1.623
Ressarcimento	1.393	945
Outros	27.550	961
Total	1.094	1.765
Circulante	385.859	332.800
Não circulante	317.931	257.660
Total	67.928	75.140
	385.859	332.800

(*) A Companhia é detentora de créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH de responsabilidade do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS. Esses créditos encontram-se em processo de análise por parte do referido Fundo para posterior pagamento. Os valores a recuperar com a Caixa Econômica Federal são relativos à seguros do ramo habitacional - 66 e semestralmente a Companhia analisa a recuperabilidade dos créditos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava um saldo a recuperar de SFH no montante de R\$ 93.245 (R\$ 101.154 em 2024) para o qual foi constituída uma redução ao valor recuperável no montante de (R\$ 25.595 (R\$ 26.341) em 2024), totalizando o montante líquido de R\$ 67.650 (R\$ 74.813 em 2024).

Ressarcimento a receber

Prazo	31/12/2025	31/12/2024
1 mês	Aging	Aging
2 meses	4.278	2
3 meses	3.106	124
4 meses	2.272	25
5 meses	2.430	91
6 meses	2.276	54
7 meses	1.714	45
8 meses	1.298	113
9 meses	1.032	57
10 meses	911	63
11 meses	1.007	43
12 meses	860	5
18 meses	474	18
24 meses	2.399	142
Acima de 24 meses	1.491	100
Total	2.002	78
	27.550	961

Refere-se ao detalhamento dos saldos de ressarcimentos a recuperar na data-base, considerando os prazos de permanência na conta.

b. Outros créditos:

	31/12/2025	31/12/2024
Bloqueios judiciais de sinistros	220	175
Adiantamento a fornecedores	6	5
Adiantamento a funcionários	181	1.565
Total circulante	407	1.745
Circulante	407	1.745

c. Depósitos Judiciais:

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros judiciais (17)	4.529	4.827
Ações trabalhistas (17)	1.159	1.034
Ações cíveis (17)	6.630	5.951
Total não circulante	12.318	11.812

8.2 Créditos tributários e previdenciários:

a. Composição:

Ativos diferidos sobre:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de IRPJ/CSLL s/PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	52.090	51.890
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar	1.256	14.567
Créditos de IRPJ/CSLL s/ajuste a valor de mercado	20.257	48.286
Créditos tributários de PIS e COFINS	2.150	1.931
Créditos de IRPJ/CSLL s/diferenças temporárias (8.2b)	41.873	40.702
Outros créditos tributários	—	1.330
Total	117.626	158.706
Ativo circulante	3.406	16.498
Ativo não circulante	114.220	142.208
Total	117.626	158.706

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	Crédito Tributário	Base de cálculo	Crédito Tributário
Provisões administrativas	4.200	1.680	3.291	1.316
Provisões operacionais	29.731	11.893	29.366	11.747
Provisões fiscais e encargos sociais	3.102	1.240	2.937	1.175
Provisões para redução ao valor recuperável	67.650	27.060	66.161	26.464
Total	104.683	41.873	101.755	40.702

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: A companhia estima que o prazo de realização dos créditos tributários será da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Entre 1 e 2 anos	23.032	22.437
Entre 3 a 4 anos	13.573	13.063
Acima de 5 anos	5.268	5.202
Total	41.873	40.702

d. Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas:

	31/12/2025	31/12/2024
	Diferenças temporárias	Diferenças temporárias
Saldo no início do exercício	40.702	39.017
Constituições	3.200	14.216
Reversões/Realizações	(2.029)	(12.530)
Saldo no final do exercício	41.873	40.702

9. OUTROS VALORES E BENS

a. Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Salvados a venda (9b)	156.006	142.405
Arrendamento Mercantil (9c)	6.724	12.194
Total	162.730	154.599
Circulante	156.006	142.405
Não circulante	6.724	12.194

b. Salvados a venda aberto por tempo de registros:

	31/12/2025	31/12/2024
	Aging	Aging
Prazo	23.029	21.515
1 mês	33.856	33.702
2 meses	22.164	21.597
3 meses	12.726	11.248
4 meses	7.936	8.690
5 meses	7.054	6.921
6 meses	4.556	5.498
7 meses	5.132	7.913
8 meses	3.509	2.869
9 meses	3.194	2.917
10 meses	1.698	1.958
11 meses	2.825	2.105
12 meses	10.678	7.310
18 meses	6.345	2.983
24 meses	10.115	4.890
Acima de 24 meses	154.817	142.116
Total automóvel	1.189	289
Demais Ramos	156.006	142.405
Total		

Os Salvados de automóveis são atualizados mensalmente com base no valor de mercado disponibilizado pela FIPE.

c. Composição de ativos e passivos de arrendamento:

	Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento		
	Depreciação		Total	Total		Total
	Custo	Acumulada		Imóveis	Veículos	
Imóveis	5.640	(2.398)	3.242	4.681	3.447	4.797
Veículos	10.864	(7.382)	3.482	7.513	4.103	8.013
Total	16.504	(9.780)	6.724	12.194	7.550	12.810

d. Movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

	Ativos de direito de uso			Passivos de arrendamento		
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de Dezembro 2024	5.640	10.494	16.135	4.797	8.013	12.810
(+/-) Aquisições/Baixas	—	370	370	—	464	464
Saldo em 31 de Dezembro 2025	5.640	10.864	16.504	(1.673)	(5.716)	(7.389)
Depreciação acumulada	(959)	(2.981)	(3.941)	323	1.342	1.665
Saldo em 31 de Dezembro 2024	(1.439)	(4.401)	(5.840)	3.447	4.103	7.550
(+/-) Depreciação	—	—	—	1.457	3.990	5.447
(+/-) Remensurações	(2.398)	(7.382)	(9.780)	1.990	113	2.103
Saldo em 31 de Dezembro 2025	3.242	3.482	6.724	3.447	4.103	7.550
Total	3.242	3.482	6.724			
Não circulante	3.242	3.482	6.724			
Total	3.242	3.482	6.724			
Valor contábil Líquido						
Saldo em 31 de Dezembro 2024	4.681	7.513	12.194			
Saldo em 31 de Dezembro 2025	3.242	3.482	6.724			

e. Passivos de arrendamento por vencimento:

31/12/2025				31/12/2024			
	Imóveis	Veículos	Total		Imóveis	Veículos	Total
até 1 ano	1.457	3.990	5.447	até 1 ano	1.349	3.911	5.260
de 1 a 3 anos	1.990	113	2.103	de 1 a 3 anos	2.869	4.102	6.971
de 3 a 5 anos	—	—	—	de 3 a 5 anos	579	—	579
Total	3.447	4.103	7.550	Total	4.797	8.013	12.810

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. CONTAS A PAGAR

Obrigações a pagar
Impostos e encargos sociais a recolher (a)
Encargos trabalhistas
Impostos e contribuições (a)
Outras contas a pagar
Total
Circulante
Não circulante
Total
Tributos diferidos (a)
Total não circulante
(a) Impostos e contribuições a pagar

IOF sobre prêmios de seguros
Imposto sobre serviços retido na fonte
PIS e COFINS retido na fonte
Contribuições ao INSS e ao FGTS
Imposto de renda retido na fonte
Contribuição social retida na fonte
Outros
Impostos e encargos sociais a recolher
PIS e COFINS
Imposto de renda - Corrente
Contribuição social - Corrente
Subtotal
Impostos e contribuições
Imposto de renda sobre reavaliação
Contribuição social sobre reavaliação
Tributos diferidos

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Prêmios a restituir*
Operações com seguradoras
Operações com resseguradoras
Corretores de seguros e resseguros
Comissão
Total
Circulante
Não circulante
Total

*Vide tópico 2.3.1

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Composição por recebimento:

0 a 3 meses
3 a 6 meses
9 a 12 meses
Acima de 12 meses
Total

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

a. Composição:

Provisões técnicas de contratos de seguros
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar*
Total
Circulante
Não circulante
Total

*Vide tópico 2.3.1

b. Abertura por ramo:

Provisão de prêmios não ganhos			
31/12/2025		31/12/2024	
Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
4.174.746	3.657.453	3.928.753	3.438.101
954.774	866.465	922.752	812.014
385.552	302.609	363.805	285.442
361.361	274.376	261.402	200.045
12.998	12.998	-	-
5.889.431	5.113.901	5.476.712	4.735.602
5.184.062	4.682.618	4.915.450	4.418.755
705.369	431.283	561.262	316.847
5.889.431	5.113.901	5.476.712	4.735.602

Bruto de Resseguro
Provisão de sinistros judiciais
Provisão de sinistros administrativos liq. salvados
(-) IBNR e IBNER
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a anos anteriores 2020
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Administrativos - Estimativas

Período de Cadastro

Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
16.099.389	1.980.395	2.602.451	3.108.358	3.402.492	4.016.014	3.961.971	3.961.971
16.860.242	2.100.476	2.752.422	3.298.517	3.543.657	4.195.493	-	4.195.493
16.880.497	2.105.817	2.743.894	3.299.353	3.618.458	-	-	3.618.458
16.872.827	2.101.829	2.739.123	3.435.304	-	-	-	3.435.304
16.872.314	2.100.777	2.738.396	-	-	-	-	2.738.396
16.941.954	2.101.576	-	-	-	-	-	2.101.576
16.941.955	2.101.576	2.738.396	3.435.305	3.618.459	4.195.493	3.961.972	36.993.156
842.566	121.181	135.945	326.946	215.967	179.479	-	1.822.084

Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais

Sinistros Administrativos - Pagos

Período de Cadastro

Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
(13.625.513)	(1.622.080)	(2.122.800)	(2.571.717)	(2.820.764)	(3.344.175)	(3.548.009)	(3.548.009)
(17.110.023)	(2.061.059)	(2.675.062)	(3.216.902)	(3.479.451)	(3.513.795)	-	(3.513.795)
(17.222.701)	(2.075.213)	(2.705.358)	(3.248.325)	(3.503.658)	-	-	(3.503.658)
(17.259.954)	(2.079.671)	(2.710.518)	(3.262.854)	-	-	-	(3.262.854)
(17.276.633)	(2.081.708)	(2.703.220)	-	-	-	-	(2.703.220)
(17.322.874)	(2.089.857)	-	-	-	-	-	(2.089.857)
(17.322.874)	(2.089.857)	(2.703.221)	(3.262.855)	(3.503.658)	(3.513.796)	(3.548.010)	(35.944.271)
(380.919)	11.719	35.175	172.450	114.801	681.697	413.962	1.048.885

Período de Cadastro

Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
117.113	19.063	29.964	28.337	40.969	39.949	65.213	65.213
436.480	64.713	83.508	85.610	100.037	66.872	-	66.872
638.403	80.324	101.659	105.130	150.669	-	-	150.669
773.052	89.161	107.402	131.523	-	-	-	131.523
852.936	95.007	113.922	-	-	-	-	113.922
1.219.322	101.810	-	-	-	-	-	101.810
1.219.323	101.810	113.922	131.524	150.670	66.873	65.213	1.849.335
1.102.209	82.747	83.958	103.187	109.701	26.924	-	1.508.726

Sinistros Judiciais - Pagos

Período de Cadastro

Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
(27.567)	(6.124)	(6.840)	(6.787)	(11.223)	(11.818)	(11.239)	(11.239)
(126.988)	(24.656)	(27.079)	(31.028)	(38.026)	(12.189)	-	(12.189)
(225.334)	(37.156)	(40.138)	(49.331)	(65.525)	-	-	(65.525)
(313.046)	(49.134)	(57.677)	(68.103)	-	-	-	(68.103)
(396.875)	(56.186)	(75.640)	-	-	-	-	(75.640)
(900.257)	(63.431)	-	-	-	-	-	(63.431)
(900.258)	(63.432)	(75.641)	(68.103)	(65.526)	(12.190)	(11.239)	(1.196.389)
319.065	38.378	38.281	63.421	85.144	54.683	53.974	652.946

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das reavaliações estimadas dos sinistros já avisados ao longo dos anos até a sua liquidação em relação à sua estimativa inicial. A Tabela de Estimativas de Sinistros demonstra na primeira linha o valor da estimativa inicial, registrada na Provisão de Sinistros a Liquidar, e nas linhas subsequentes os valores das reavaliações re-estimadas ao longo dos anos. A Tabela de Pagamentos de Sinistros demonstra os montantes liquidados em cada momento desde o registro da estimativa inicial na Companhia. A Provisão de IBNER apresentada na tabela é atuarialmente constituída para dar cobertura ao desenvolvimento dos sinistros.

Líquido de Resseguro

Provisão de sinistros judiciais
Provisão de sinistros administrativos liq. salvados
(-) IBNR e IBNER
Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a anos anteriores 2020
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Administrativos - Estimativas

Período de Cadastro

Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
13.486.500	1.658.982	2.180.080	2.603.880	2.850.276	3.364.226	3.351.177	3.351.177
14.123.869	1.759.574	2.305.711	2.763.177	2.968.530	3.514.575	-	3.514.575
14.140.836	1.764.049	2.298.567	2.763.876	3.031.192	-	-	3.031.192
14.134.411	1.760.707	2.294.570	2.877.763	-	-	-	2.877.763
14.133.981	1.759.827	2.293.961	-	-	-	-	2.293.961
14.192.319	1.760.495	-	-	-	-	-	1.760.495
14.192.320	1.760.496	2.293.962	2.877.764	3.031.192	3.514.576	3.351.177	31.021.487
705.820	101.514	113.881	273.884	180.916	150.350	-	1.526.365



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sinistros Administrativos - Pagos

	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Período de Cadastro								
No ano de cadastro	(11.414.128)	(1.358.821)	(1.778.275)	(2.154.334)	(2.362.961)	(2.872.255)	(2.936.761)	(2.936.761)
1 ano depois	(14.333.111)	(1.726.555)	(2.240.906)	(2.694.807)	(2.914.745)	(3.014.346)	—	(3.014.346)
2 anos depois	(14.427.501)	(1.738.412)	(2.266.285)	(2.721.130)	(2.935.023)	—	—	(2.935.023)
3 anos depois	(14.458.709)	(1.742.146)	(2.270.608)	(2.733.301)	—	—	—	(2.733.301)
4 anos depois	(14.472.680)	(1.743.853)	(2.277.136)	—	—	—	—	(2.277.136)
5 anos depois	(14.511.416)	(1.750.678)	—	—	—	—	—	(1.750.678)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(14.511.417)	(1.750.679)	(2.277.137)	(2.733.302)	(2.935.024)	(3.014.346)	(2.936.762)	(30.158.667)
Passivo Representado no Quadro	(319.097)	9.817	16.825	144.462	96.168	500.230	414.415	862.820

Sinistros Judiciais - Estimativas

	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Período de Cadastro								
No ano de cadastro	104.672	17.038	26.781	25.326	36.617	35.705	40.228	40.228
1 ano depois	390.111	57.839	74.637	76.515	89.410	59.768	—	59.768
2 anos depois	570.583	71.791	90.859	93.962	127.087	—	—	127.087
3 anos depois	690.927	79.689	95.993	108.728	—	—	—	108.728
4 anos depois	762.325	84.914	102.454	—	—	—	—	102.454
5 anos depois	1.087.601	88.352	—	—	—	—	—	88.352
Estimativa Acumulada na Data-Base	1.087.601	88.352	102.454	108.728	127.087	59.769	40.229	1.614.220
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais	982.929	71.314	75.673	83.402	90.471	24.063	—	1.327.852

Sinistros Judiciais - Pagos

	Anos Anteriores 2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Período de Cadastro								
No ano de cadastro	(24.639)	(5.473)	(6.113)	(6.066)	(10.031)	(10.562)	(13.938)	(13.938)
1 ano depois	(113.498)	(22.037)	(24.202)	(27.732)	(33.986)	(10.894)	—	(10.894)
2 anos depois	(201.396)	(33.209)	(35.874)	(44.090)	(46.321)	—	—	(46.321)
3 anos depois	(279.790)	(43.914)	(51.550)	(52.507)	—	—	—	(52.507)
4 anos depois	(354.713)	(50.218)	(59.593)	—	—	—	—	(59.593)
5 anos depois	(780.425)	(53.471)	—	—	—	—	—	(53.471)
Pagamentos Acumulados na Data-Base	(780.425)	(53.472)	(59.593)	(52.508)	(46.321)	(10.895)	(13.939)	(1.017.153)
Passivo Representado no Quadro	307.176	34.880	42.861	56.220	80.766	48.874	26.290	597.067

17. PROVISÕES JUDICIAIS E SINISTROS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Qtde.	Valor reclamado	Valor provisionado	Qtde.	Valor reclamado	Valor provisionado
<i>Tributária (a)</i>						
Perda provável	4	2.958	3.102	5	4.333	2.937
Perda possível	44	47.273	—	39	41.281	—
Subtotal	48	50.231	3.102	44	45.614	2.937
<i>Trabalhista (b)</i>						
Perda provável	23	11.827	4.200	24	10.032	3.291
Perda remota	51	11.904	—	52	18.022	—
Subtotal	74	23.731	4.200	76	28.054	3.291
<i>Cível (c)</i>						
Perda provável	873	41.364	29.731	1.149	37.913	29.366
Perda remota	1.449	50.675	—	1.371	42.203	—
Subtotal	2.322	92.039	29.731	2.520	80.116	29.366
Total	2.444	166.001	27.033	2.640	153.784	35.596
<i>Sinistro judicial (d)</i>						
Perda provável	2.187	452.673	168.052	2.572	448.980	187.398
Perda remota	2.041	379.800	6.194	1.818	320.650	—
Total	4.228	832.473	174.246	4.390	769.630	187.398

A Companhia não possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível.

a) Contingências tributárias: A Companhia contesta judicialmente a exigibilidade de certos tributos e contribuições. Até a obtenção de sentença final favorável, os processos que se encontram na esfera judicial ou administrativas são provisionados sempre que a perda for classificada como provável. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais discussões são: I) A Companhia contesta a cobrança de ISS - Imposto sobre Serviços retido na fonte, na esfera administrativa, 4 (quatro) processos, pelas Prefeituras: Fortaleza, São Leopoldo e Cuiabá nos valores de R\$ 3.690 (R\$ 3.257 em 2024). II) A Companhia contesta a cobrança de ISS - Imposto sobre Serviços retido na fonte, na esfera judicial, 10 (dez) processos, pelas Prefeituras: Campinas, São Leopoldo e Salvador nos valores de R\$ 28.686 (R\$ 25.522 em 2024). III) A Companhia contesta a cobrança de ISS - Imposto sobre Serviços retido na fonte, na esfera judicial, 1 (um) processo, pela Prefeitura: Campinas e São Leopoldo nos valores de R\$ 421 (R\$ 360 em 2024). IV) A Companhia é autora sobre a cobrança de DPVAT, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 2.163 (R\$ 2.174 em 2024). V) A Companhia contesta a cobrança de Infrações de Trânsito, 1 (um) processo, no valor de R\$ 11 (R\$ 10 em 2024). VI) A Companhia é autora sobre a cobrança de Taxa de Limpeza da prefeitura de São Paulo na esfera judicial, 1 (um) processo encerrado (R\$ 1.330 em 2024). VII) A Companhia é autora sobre cobranças de IPVA, na esfera judicial, 9 (nove) processos, no valor de R\$ 3.105 (R\$ 1.315 em 2024). VIII) A Companhia é autora sobre cobranças FAP, na esfera judicial, 3 (três) processos, no valor de R\$ 1.844 (R\$ 1.778 em 2024). IX) A Companhia é autora sobre processo da COFINS, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 3.948 (R\$ 3.688 em 2024). X) A Companhia é autora sobre Comissão, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 459 (R\$ 420 em 2024). XI) A Companhia é autora sobre CSLL - Majoração alíquota, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 300 (R\$ 274 em 2024). XII) A Companhia é autora sobre FGTS INCIDENTE S/ AVISO PRÉVIO INDENIZADO, na esfera judicial, 1 (um) processo, este processo foi encerrado (R\$ 77 em 2024). XIII) A Companhia é autora sobre INCRA/FUNRURAL, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 3.577 (R\$ 3.577 em 2024). XIV) A Companhia contesta a cobrança de multas de Trânsito, 1 (um) processo, no valor de R\$ 18 (R\$ 16 em 2024). XV) A Companhia é autora sobre PIS/COFINS sobre reservas técnicas, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 379 (R\$ 353 em 2024). XVI) A Companhia é autora sobre SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO, na esfera judicial, 1 (um) processo, no valor de R\$ 1.368 (R\$ 1.334 em 2024). XVII) A Companhia é autora sobre AÇÃO DECLARATÓRIA REF. INSS INCIDENTE SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO, 1 (um) processo, no valor de R\$ 84 (R\$ 77 em 2024). XVIII) A Companhia contesta a cobrança de Infrações de Trânsito, 9 (nove) processos, no valor de R\$ 57 (R\$ 647 em 2024). XIX) A Companhia contesta a cobrança de Infrações sobre transferências de veículo, 1 (um) processo, no valor de R\$ 121. **b) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas, no montante de R\$ 4.200 (R\$ 3.291 em 2024). **c) Contingências cíveis:** As ações cíveis impetradas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Companhia, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 29.731 (R\$ 29.366 em 2024). **d) Contingências relacionadas a sinistros:** Na provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro, no total de R\$ 866.465 (R\$ 812.014 em 2024), vide nota explicativa nº 16, foram registrados os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 174.246 (R\$ 187.398 em 2024). Esses sinistros foram provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais e pelo departamento jurídico da Companhia, com base na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro.

	Contingências			
	Tributária	Trabalhista	Cível	Sinistro judicial
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	2.937	3.291	29.366	187.398
(+) Novas constituições no exercício	—	1.378	10.336	39.697
(-) Total pago no exercício	—	(11)	(4.544)	(136.178)
(-) Baixa da provisão por êxito	—	(5)	—	(11.494)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	—	(783)	(4.578)	78.089
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	165	330	(849)	16.734
(-) Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.102	4.200	29.731	174.246
Quantidade de processos com probabilidade de perda provável	4	23	873	2.187
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 (8.1)	—	1.034	5.951	4.827
Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 (8.1)	—	1.159	6.630	4.529

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 819.704 (R\$ 819.704 em 2024) e está representado por 34.418 ações nominativas e sem valor nominal (34.418 ações em 2024), sendo: • 27.691 (27.691 em 2024) ações ordinárias; • 6.727 (6.727 em 2024) ações preferenciais. **(b) Reserva legal:** Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **(c) Reservas de retenção de lucros:** Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender às exigências de capital. A constituição das reservas de lucro é feita com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social. A Companhia estuda integralizar parte das reservas de lucros no seu capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 1.077.614 (R\$ 1.252.842 em 2024), sendo reserva estatutária R\$ 935.210 (R\$ 1.134.650 em 2024) e reserva legal R\$ 142.404 (R\$ 118.192 em 2024). **(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O estatuto social da Companhia determina o pagamento aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Em oito Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas ao longo do período foram deliberados e aprovados os pagamentos de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$ 179.503. AGE de 19 de março de 2025 - R\$ 40.110; AGE de 13 de junho de 2025 - R\$ 44.271; AGE de 16 de julho de 2025 - R\$ 15.478; AGE de 13 de agosto de 2025 - R\$ 15.590; AGE de 16 de setembro de 2025 - R\$ 15.702; AGE de 24 de outubro de 2025 - R\$ 16.000; AGE de 26 de novembro de 2025 - R\$ 16.118; AGE de 18 de dezembro de 2025 - R\$ 16.234. Além disso a Companhia declarou dividendos sobre as reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 480.000 (AGE de 27 de março de 2025), mantendo a solvência em níveis adequados. **(e) Reserva de reavaliação:** Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou (R\$ 123) (R\$ - 81 em 2024). **(f) Resultado por ação:** O lucro líquido por ação da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro líquido por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	484.233	519.461
Quantidade de ações	34.418	34.418
Lucro líquido por ação básico (em reais)	14.069	15.093

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

19.1 Prêmios emitidos: Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	5.748.718	—	5.748.718	5.539.040	—	5.539.040
Patrimonial	797.192	6.012	791.180	649.532	31.970	617.562
Vida	418.898	—	418.898	419.788	—	419.788
Transporte	238.605	577	238.028	202.556	5.965	196.591
Demais ramos	277.115	15.771	261.344	226.777	27.143	199.634
Total	7.480.528	22.360	7.458.168	7.037.693	65.078	6.972.615

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto de Resseguro	Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Resseguro	Líquido de Resseguro
Automóvel	5.748.718	19.393	5.729.325	5.539.040	15.409	5.523.631
Patrimonial	791.180	259.594	531.586	617.562	169.660	447.902
Vida	418.898	43.413	375.485	419.788	46.662	373.126
Transportes	238.028	9.204	228.824	196.591	4.231	192.360
Demais ramos	261.344	90.850	170.494	199.634	88.413	111.221
Total	7.458.168	422.454	7.035.714	6.972.615	324.375	6.648.240

19.2 Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(246.179)	26.644	(219.535)	(174.092)	(31.171)	(205.263)
Total da variação das provisões técnicas	(246.179)	26.644	(219.535)	(174.092)	(31.171)	(205.263)

19.3 Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro		Sinistralidade		Líquido de resseguro		Sinistralidade	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	(3.522.845)	(3.298.472)	62%	61%	(3.521.257)	(3.214.051)	62%	59%
Patrimonial	(214.938)	(188.777)	32%	32%	(124.420)	(117.564)	27%	31%
Vida	(147.775)	(133.222)	38%	33%	(95.979)	(105.603)	28%	29%
Transportes	(119.843)	(94.044)	51%	49%	(109.479)	(84.120)	48%	46%
Demais ramos	(57.119)	(31.139)	22%	17%	(39.768)	(16.691)	26%	17%
Total	(4.062.520)	(3.745.654)	56%	55%	(3.890.903)	(3.538.029)	57%	55%

19.4 Custos de aquisição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro
Automóvel	(1.210.794)	(1.111.759)	21%	20%
Patrimonial	(178.007)	(159.669)	26%	27%
Vida	(138.180)	(143.266)	36%	36%
Transportes	(72.761)	(58.237)	31%	30%
Demais ramos	(76.689)	(42.585)	29%	23%
Total	(1.676.431)	(1.515.516)	23%	22%

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para data-base 31 de dezembro de 2025, sendo mesmo prazo para 31 de dezembro de 2024.

19.5 Outras receitas e despesas operacionais:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais	2.915	—
Outras receitas	2.915	—
Total	2.915	—
Despesas operacionais	(3.729)	(3.467)
Despesas com encargos sociais	(970)	1.073
Provisão para risco de crédito	(26.646)	(23.307)
Despesas com rastreador	(9.986)	(8.999)
Contingências cíveis	(18.786)	(12.874)
Despesas com serviços de dados	(61.806)	(28.142)
Despesas gestão de sinistros	(12.757)	(7.684)
Outras despesas	(134.680)	(83.400)
Total	(131.765)	(83.400)

19.6 Resultado com resseguro:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resseguro	182.991	222.026
Indenizações de sinistros	175.093	201.646
Despesa com sinistros	3.319	6.393
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	4.579	13.987
Despesa com resseguro	(407.184)	(369.946)
Prêmios de resseguros	(639.033)	(461.533)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	82.923	1.891
Comissões sobre prêmio de resseguro	216.579	137.158
Variação despesa de comercialização diferida	(56.279)	(33.063)
Salvados e ressarcidos	(11.374)	(14.399)
Outros resultados com resseguro	2.815	34.980
Total de resultado com resseguro	(221.378)	(112.940)

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos e participações	716.867	840.156	716.867	840.156
Juros sobre o capital próprio	(179.503)	—	(179.503)	—
Participações sobre o lucro	(40.773)	—	(40.773)	(4.722)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	496.591	840.156	496.591	835.434
Diferenças temporárias	2.928	4.213	2.928	4.213
Diferenças permanentes	8.516	15.039	7.099	15.039
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízos	508.035	859.408	506.618	859.408
Resultado fiscal do exercício	508.035	859.408	506.618	859.408
Tributos calculados pelas alíquotas nominais (3.11)	(126.984)	(214.828)	(75.992)	(128.203)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	732	1.053	439	632
Incentivos fiscais	9.944	14.874	—	—
Lei do Bem	—	3.578	—	2.199
Encargos sobre o lucro/(prejuízo) do exercício	(116.308)	(195.323)	(75.553)	(125.372)
Alíquotas efetiva (%)	25%	25%	15%	15%

20. PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: Indiana Seguros S.A., HDI Agrega Serviços de Atendimento Ltda., Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda., HDI Seguros S.A., Grupo Talanx e HDI Global, além de seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
					Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)
Custo compartilhado:	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Indiana Seguros S.A. (i)	235	—	1.623	—	7.628	19.006
TAM (Talanx Asset Management) - (ii)	—	—	—	—	(170)	(142)
Fácil Assist Serviços de Assistência 24 horas Ltda. (iii)	82	4.323	222	4.699	(44.069)	(51.766)
HDI Global (iv)	338	—	28	—	365	306
HDI Seguros S.A. (v)	1.113	—	695	—	—	695
Transações de cosseguro:						
Indiana Seguros S.A. (i)	33.221	13.702	60.831	26.368	8.755	(87)
Transações de resseguro:						
Hannover						
Ruckversicherung Ag (vi)	34.176	45.272	47.141	45.827	(12.848)	(26.323)
Talanx AG (vi)	5.559	5.000	—	—	(25.257)	—
Total	74.724	68.297	110.540	76.894	(65.596)	(58.311)
i) Corresponde ao rateio de despesas entre a Yelum Seguros S.A. e a Indiana Seguros S.A. e as operações de cosseguro. ii) Talanx Asset Management GmbH (atual denominação de AmpegaGerling Investment GmbH) - gestão de investimentos do Grupo Talanx. iii) Empresa do grupo, subsidiárias do grupo HDI Seguros, referem-se a transações de despesas administrativas e ao fornecimento de serviço de assistência. iv) Corresponde ao rateio de despesas entre a Yelum Seguros S.A. e HDI Global. v) Empresa do grupo HDI Seguros dividendos a pagar (Holding). Referem-se às transações de resseguro entre empresas do Grupo Talanx. (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É estabelecida anualmente, pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria, a ser distribuída entre estes conforme deliberado em Reunião de Diretoria, observada a legislação vigente. Durante o exercício de 2025 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da Administração. (c) Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou						

adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos para qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Abaixo, estão discriminados os benefícios que a Companhia proporciona a seus empregados. Esses benefícios são alocados em despesa com pessoal, no grupo de despesas administrativas. A Companhia não concede benefícios pós-emprego. **(a) Plano de previdência privada complementar:** A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 3.262 (R\$ 1.536 em 2024). **(b) Plano de assistência médica:** A Companhia proporciona aos seus empregados e dependentes plano de assistência médica junto as operadoras Seguros Unimed e SulAmérica. Os prêmios são pagos na modalidade de pré-pagamento, com coberturas hospitalares e ambulatoriais. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 29.705 (R\$ 32.613 em 2024). **(c) Seguro de Vida:** A Companhia proporciona seguro de vida aos seus empregados. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 35 (R\$ 531 em 2024). **(d) Política de participação nos resultados:** A Companhia utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Companhia, assistidos pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídica e pelo Sindicato dos Securitários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2025 o impacto no resultado decorrente da provisão para participação nos resultados da Companhia totalizou R\$ 40.773 (R\$ 51.920 em 2024).

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Wilm Langenbach Presidente		Nicolas Masjuan Vice-Presidente	Maximiliano Javier Casas Sanchez Conselheiro
DIRETORIA			

CONTADOR	ATUÁRIA
Rogério do Nascimento CRC 1SP259014/O-4	Mirela Barboza Pontes MIBA 1916

COMITÊ DE AUDITORIA		
José Octávio Vianello de Mello	Nicolas Masjuan	Maximiliano Javier Casas Sanchez
O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A.		

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Yelum Seguros S.A. São Paulo - SP CNPJ: 61.550.141/0001-72. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Yelum Seguros S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Yelum Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte andar 6, conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Yelum Seguros S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Yelum Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 16) A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Ajuste para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas, por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Em conjunto com nossos especialistas da área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de PPNG, IBNR, PSL e IBNeR. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

YELUM SEGUROS S.A. - CNPJ nº 61.550.141/0001-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos

controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

www.yelumseguros.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>